



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 639252 - PI (2021/0006022-0)

**RELATOR** : MINISTRO FELIX FISCHER  
**IMPETRANTE** : FERNANDO GALVAO NETO  
**ADVOGADO** : FERNANDO GALVÃO NETO - PI015941  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ  
**PACIENTE** : D S DE C (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de D. S. DE C. em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ (Apelação Criminal n. 0752989-66.20.8.2020).

O paciente foi condenado à pena de 27 anos e 4 meses de reclusão em regime inicialmente fechado, pelo cometimento dos crimes tipificados nos arts. 217-A do Código Penal e 213, § 1º, e 244-B do Estatuto da criança e do Adolescente.

O impetrante sustenta que "o acusado ou sua Defesa em nada contribuíram para a caracterização do excesso de prazo, até porque a apelação encontra-se conclusa desde o dia 15/08/2020, sendo tal fato atribuído exclusivamente à máquina estatal, em erros demonstrados acima. Consequentemente, sua prisão passa a ser considerada constrangimento ilegal, nos termos do art. 648, II, do Código de Processo Penal, em virtude do excesso de prazo observado, no caso em tela, para a formação da culpa" (fl. 5).

Aduz que o "que os indícios revelam não são suficientes para impor a prisão preventiva ao requerente, pois este além de não ter sido preso em flagrante, tem-se que a respeitável decisão que determinou a custódia cautelar se deu muito tempo após o suposto fato criminoso, sem que neste interstício se verificasse que o requerente foi ao menos indicado como participante de outro (s) delito (s)" (fl. 8).

Requer:

a) a concessão de ordem de *habeas corpus*, a fim de reconhecer a ilegalidade da prisão do paciente, tendo em vista que há claro excesso de prazo no julgamento da apelação, que se encontra conclusa desde o dia 15/8/2020;

b) a concessão de liberdade provisória, reconhecendo se necessário medidas cautelares diversas da prisão, entre as inculpidas no art. 319 do CPP, permitindo àquele

que tenha o direito aguardar, por ser medida de justiça ou que o paciente tenha o direito de aguardar o julgamento da apelação em liberdade, a fim de ter seu direito à vida assegurado.

c) seja concedida liminarmente a ordem ora requerida com a expedição do respectivo alvará de soltura;

d) sejam requisitadas as informações à autoridade coatora e ouvido o Ministério Público e que seja mantida a liminar para conceder o remédio requestado.

O Desembargador Edvaldo Pereira de Moura determinou a redistribuição dos autos ao Desembargador José Francisco do Nascimento nos termos da seguinte ementa (fl. 81):

PROCESSO PENAL. PREVENÇÃO. CRITÉRIO DE DISTRIBUIÇÃO. A prevenção para os feitos posteriores, referentes ao mesmo processo ou procedimento de origem, se firma por ocasião da distribuição do feito anterior a um relator e a um órgão julgador, em atenção ao princípio do Juiz Natural. Arts. 141 e 145 do Regimento Interno do TJPI.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O *writ* não merece prosperar.

A decisão impugnada foi proferida por desembargador. Não há acórdão sobre a matéria suscitada na presente impetração, o que inviabiliza seu conhecimento pelo Superior Tribunal de Justiça.

Registre-se que "a competência do STJ para examinar habeas corpus, na forma do art. 105, I, 'c', da CF, somente é inaugurada quando a decisão judicial atacada tiver sido proferida por tribunal, o que implica a exigência de exaurimento prévio da instância ordinária, com manifestação do órgão colegiado" (AgRg no HC n. 600.555/SP, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe de 24/8/2020).

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, *c*, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente